

Inundação deve ter mais estudo

Contrário à construção da barragem "até prova em contrário", o secretário-geral do PMDB e candidato a deputado federal, Joselito Correia, afirmou ontem que existem na área a ser inundada 16 olarias, produzindo 2 milhões de tijolos por mês, além de atividades de agricultura e pecuária.

Ele considera necessário estudar mais detidamente a viabilidade da inundação, além de verificar se o futuro lago "está preparado para receber detritos de lavoura e do Paranoá". E assegurou que existe "potencial hídrico" em todas as cidades-satélites, defendendo a tese de que a exploração destes pequenos mananciais é "muito mais viável" do que a construção do imenso reservatório.

Joselito assinalou, porém, que a carência de água no DF é real, como são reais outras dificuldades, notadamente na área

da habitação e dos serviços de esgoto. "Já estamos sentindo falta de água nas cidades-satélites", disse o político, acrescentando que a par disso existe uma grande parcela da população marginalizada desses serviços na favela do Paranoá, ao lado da Península dos Ministros, próximo ao Ceub, na Vila Planalto, Vila dos Parafusos, Areal, Chaparral e uma série de outros lugares onde abrigam-se famílias de baixa renda.

POSSEIROS

O candidato do PT ao Senado, professor Lauro Campos, considerou elitista o debate em torno do São Bartolomeu e das propriedades envolvidas na virtual desapropriação. Ele mencionou o fato de que os programas oficiais de moradia construem residências de 32 metros quadrados, "para famílias de 10 pes-

osas" e que só em Taguatinga 100 mil famílias "moram em fundos de quintal".

Num quadro como este, o petista Lauro Campos não vê sentido em discussões como a proposta por um participante, que deseja ver o módulo mínimo para o parcelamento de terras na área reduzido de 2 hectares para 0,5 hectare. Campos, que classificou o projeto do Lago São Bartolomeu como "faraonismo líquido", acusou a Terra-cap de se haver transformado em uma espécie de monopólio da especulação imobiliária no Distrito Federal.

Ele defendeu o direito dos posseiros à terra que ocupam — e, portanto, à indenização, se o lago for feito — e indagou sobre estudos realizados "entre os governos Médici e Geisel", tempo em que, segundo sua narrativa, cogitava-se até trazer água do Amazonas para Brasília.